

Deputados trazem temas nacionais à Assembleia

Na tribuna do parlamento, trataram da escala 6x1 e de gastos com publicidade

EDUARDO ZANOTTI

Os assuntos nacionais têm recebido cada vez mais atenção dos deputados estaduais na tribuna da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul (ALRS) na comparação com temas locais. Nas sessões de terça-feira e quarta-feira desta semana, os parlamentares aproveitaram o espaço para abordar questões de debate nacional. Dois exemplos foram os deputados Miguel Rossetto (PT) e Felipe Camozzato (Novo), que se pronunciaram na terça-feira.

Rossetto, em sua fala na tribuna, tratou sobre o fim da escala 6x1 e redução da jornada de trabalho, mas trouxe dados estaduais. De acordo com o parlamentar, uma recente pesquisa que aponta que 71% da população gaúcha e cerca de 80% dos moradores de Porto Alegre são contra esse modelo de jornada de trabalho.

Em nota, a assessoria do deputado afirmou que durante a sessão, ele falou sobre o projeto para a contratação emergencial na educação. Após a sessão, no período de comunicação, Rossetto falou sobre a 6x1 pois era um tema do dia, com manifestação em Porto Alegre e em todo o país.

Além disso, o debate estadual aconteceu durante a sessão, e quando este terminou,



Miguel Rossetto tratou da 6x1

Rossetto falou sobre um tema que considera central e que está em debate no Senado. “Diante da pesquisa que mostra que a maioria dos gaúchos é a favor do fim da escala 6x1, cobrou que os senadores Mourão e Heinze sigam o exemplo do Paim e votem representando a opinião da maioria da população gaúcha”, diz o texto.

Já Camozzato, em sua fala na tribuna, comentou sobre o presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva (PT), ter liberado R\$ 520 milhões para publicidade governamental antes da eleição. O parlamentar observou que até 18 de junho, o governo já tinha gasto mais de R\$ 700 milhões em publicidade governamental.

Em nota, Camozzato afirmou



Camozzato trouxe gasto federal

que a Fala de Liderança é um espaço de pauta livre, e que os temas discutidos durante o expediente de votação são debatidos nos tempos de discussão e encaminhamento dos projetos, e que foram discutidos e encaminhados os projetos que vieram do Estado.

Segundo Camozzato, a fala no tempo de liderança do Novo foi sobre os gastos de publicidade dos governos Lula e Eduardo Leite (PSD), mostrando semelhança na prática de ambos em usar do recurso público para vender seu governo, para ganhar a popularidade. “Eu dei exemplos da saúde e da educação como áreas que poderiam estar recebendo mais recursos, tanto do governo federal, quanto do governo estadual.”

DATA-BASE DO FUNCIONALISMO

Comissão de Economia debate proposta

No período dos Assuntos Gerais da reunião da Comissão de Economia, Trabalho, Desenvolvimento Sustentável e Turismo de ontem, os deputados Prof. Claudio Branchieri (PL), Halley Lino (PT) e Guilherme Pasin (PP) debateram a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 304/2026, que trata da fixação de data-base para revisão geral anual da remuneração do fun-

cionalismo público. A discussão do tema foi conduzida por Gustavo Victorino (Republicanos), presidente da comissão.

A PEC, em tramitação na Comissão de Constituição e Justiça, também propõe isonomia de vencimentos entre os servidores da administração direta, autárquica e fundacional em relação aos servidores dos Poderes Legislativo e Judiciário; que os

reajustes e obrigações pecuniárias, que não forem pagas até o último dia do mês da aquisição do direito, deverão levar em conta o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou outro índice oficial que venha a substituí-lo. A proposta é de Thiago Duarte (PDT) e outros 20 deputados.

LEI DA IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

STF veta redução de prazo de prescrição

O Supremo Tribunal Federal (STF) concluiu ontem o julgamento sobre a reforma da Lei de Improbidade Administrativa promovida pelo Congresso. Os ministros invalidaram a redução pela metade do prazo de prescrição de ações por improbidade. O plenário entendeu que a alteração esvaziaria os mecanismos de combate a irre-

gularidades na administração pública e poderia levar ao encerramento prematuro de milhares de processos em andamento. “São 28.379 ações de improbidade nos últimos seis anos de todos os tribunais. O maior intervalo existente é entre o ajuizamento da ação e a sentença de primeiro grau: cinco anos e 10 meses. Se a lei estivesse em

vigor, todos estariam prescritos”, calculou o ministro Alexandre de Moraes.

A Lei de Improbidade Administrativa está em vigor desde 1992 e prevê punições para agentes públicos envolvidos em práticas ilegais que atentem contra os princípios da administração pública ou provoquem prejuízo ao erário.

Nosso cuidado começa onde você está.
Telemedicina Unimed 24h.

Unimed

somoscoop

ANS - Nº 367087



TALINE OPPITZ

taline@correiodopovo.com.br

PEC da jornada movimenta o Senado, mas tramitação segue incerta

Uma reunião entre o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), representantes de centrais sindicais, a líder do governo na Casa, Teresa Leitão (PT-PE), e Paulo Paim (PT-RS), sobre a PEC do fim da escala 6x1, foi marcada pela ausência de definições. O esperado cronograma de tramitação da proposta não se confirmou, apesar do compromisso de que o calendário deve ser conhecido nos próximos dias. Uma das avaliações nos bastidores é de que não há chance de avanço antes do recesso, que começa dia 17. O encontro antecedeu a sessão plenária temática sobre a pauta, que contou com manifestações de cerca de 50 representantes de entidades empresariais, setores atingidos e centrais sindicais. Na reunião da manhã, Alcolumbre manifestou apoio à redução de jornada e sinalizou a possibilidade de retirar do texto o período de transição de 60 dias. Neste caso, que é improvável avançar, ou de qualquer outra modificação na proposta aprovada pela Câmara, a PEC teria, salvo manobra legislativa, que voltar para nova análise dos deputados federais, o que exigirá mais tempo de discussões e até sua promulgação e vigência. Após a conversa com Alcolumbre, Teresa e Paim destacaram que o mérito da PEC é pacífico na Casa e que o foco agora é puramente procedimental: destravar o rito de tramitação, que começa pela CCJ, comandada por Otto Alencar (PSD). Ele apoia a iniciativa e é alinhado ao Planalto. A líder do governo no Senado, estrategicamente, destacou ainda que o cronograma da PEC responde ao calendário do Congresso, e não a interesses eleitorais. A oposição discorda.

Pedido de auxílio da União para obras do HPS

O diretor de Relações Institucionais e Captação de Recursos da Prefeitura de Porto Alegre, Paulo Guimarães, e o secretário municipal de Saúde, Fernando Ritter, entregaram ao ministro da Saúde, Alexandre Padilha, no fim de semana, na Capital, ofício solicitando recursos da União para a ampliação do Hospital de Pronto Socorro. Saíram otimistas da conversa. Em breve, será lançada nova iniciativa para reforçar a campanha de arrecadação para as obras, estimadas em R\$ 150 milhões. Até agora, foram arrecadados cerca de R\$ 50 milhões por meio de emendas parlamentares e doações. Entre elas, R\$ 20 milhões do governo do Estado em parceria com o Tribunal de Justiça. O projeto está em fase de conclusão e a expectativa é de que as obras tenham início entre o fim deste ano e o início de 2027.

Tribunais de Contas do país se reúnem em POA

Porto Alegre sedia, nesta quinta e na sexta-feira, encontro dos 33 tribunais de contas do país. Será a reunião anual da Rede Integrar, na qual auditores de todos os tribunais irão debater e definir ações estratégicas de fiscalizações conjuntas nos próximos anos. A Rede Integrar foi criada a partir de um acordo de cooperação entre a Atricon, o Instituto Rui Barbosa e o Tribunal de Contas da União. “Atuando em cooperação, os órgãos de controle conseguem ser mais efetivos, evitando análises fragmentadas, discussões sobre competências e sobreposição de esforços”, disse o conselheiro Cezar Miola, representante da Atricon no Comitê Estratégico da Rede Integrar.

APARTES

Uma nova rodada de negociações entre a Prefeitura de Porto Alegre e o Sindicato dos Municipários (Simpa) ocorreu na terça-feira. A prefeitura apresentou proposta atualizada referente ao dissídio de 2026. Entre os pontos, estão o reajuste de 4,26% no vale alimentação, a partir de maio de 2026. Ficou acordada ainda a atualização do complemento para servidores com vencimento básico inferior ao salário mínimo, retroativa a janeiro de 2026, e a aplicação da primeira parcela da reposição inflacionária de 2023 (1,54%) na folha de dezembro, com reflexos no 13º salário. No encontro, foi definida a realização de reunião com o prefeito Sebastião Melo (MDB).